

Editorial

Marcel Bursztyn, José Augusto Drummond,
Gabriela Litre, Maria Beatriz Maury

Contrariamente à profecia Maia, o mundo não acabou em 21 de dezembro de 2012. Isso não significa que esteja a salvo dos riscos de uma degradação que está em curso de forma lenta e que vem se acelerando nos últimos anos. Do mesmo modo que graves problemas ambientais se manifestam e afetam a vida no planeta Terra, uma panóplia de iniciativas e de ferramentas passa a fazer parte de nossa vida cotidiana. Novos ventos reúnem políticos, diplomatas, acadêmicos e a sociedade civil, para buscar, com frequência sem resultados positivos, meios de frear processos complexos e ameaçadores, como a mudança climática antropogênica.

Nesse contexto, a COP-18 em Doha, no Qatar, aprovou em dezembro de 2012 um texto infelizmente pouco ambicioso e que não propõe uma base concreta de recursos financeiros. A segunda fase do Protocolo de Kyoto foi salva, mas pouco foi definido para enfrentar mais decididamente a mudança climática. As nações mais vulneráveis aos efeitos do clima foram os derrotados do encontro.

Na negociação do novo acordo em Doha, que terá que ser fechado em 2015 para entrar em vigor em 2020, os Estados Unidos e a Europa conseguiram eliminar do texto a menção ao que foi acordado na Rio+20. A conferência do Rio tinha reafirmado, por exemplo, o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, o que significa que todos têm que contribuir com a solução do problema, mas de acordo com as suas capacidades. Isso, no entender dos EUA e dos europeus, pode reproduzir o modelo de Kyoto, o que eles tentam evitar.

Enfim, o panorama é o de regras e princípios lançados com certa visibilidade, mas a sua tradução em acordos amplamente discutidos ainda não adquiriu uma celeridade compatível com a severidade dos problemas.

Sustentabilidade em Debate – SeD é um fórum – entre muitos outros - voltado ao tratamento dessas questões.

O presente número, que chega com um projeto gráfico renovado, traz um dossiê sobre um tema que vem crescendo em importância: a relação entre turismo e sustentabilidade. Paradoxo da sociedade moderna, a massificação das atividades de turismo tem consequências sobre o meio ambiente. Quanto mais intensamente

os locais de interesse são visitados por um número crescente de pessoas – e isso é um reflexo do aumento do bem-estar, das possibilidades ampliadas de lazer e da democratização das oportunidades – maior o risco à sua integridade, à sua sustentabilidade, seja em áreas naturais de grande beleza e riqueza naturais, seja nos monumentos, edificações e museus construídos pelas diversas sociedades humanas.

Dois especialistas no tema foram convidados para editar o dossiê – Arminda Eugenia Marques Campos e Maurício César Delamaro, ambos professores do Departamento de Produção, da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista - UNESP. Alguns artigos do dossiê foram selecionados entre os que foram apresentados na reunião da Anppas (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade), realizada em Belém, em 2012 e outros foram submetidos diretamente a **SeD**. Todos os artigos passarão pela avaliação por pares. O foco do dossiê – que tem um viés internacional - é a relação entre turismo, desenvolvimento local e sustentabilidade. Os textos incluídos no dossiê mostram que, apesar dos riscos, é possível compatibilizar as atividades turísticas com a sustentabilidade.

Para acompanhar o dossiê, lançamos, neste novo número de **SeD**, a seção **Galeria**. O objetivo da seção, que será permanente, é incorporar ao tema interdisciplinar da sustentabilidade a antropologia visual, a documentação fotográfica socioambiental, a gravura e a ilustração científica. Neste caso a seção traz belas imagens de diversas regiões brasileiras onde ocorrem atividades de ecoturismo – Chapada dos Veadeiros (GO), Pantanal Mato-Grossense (MT), e Vale do Ribeira (SP). As fotos e os textos são de autoria da fotógrafa Paula Simas de Andrade.

Complementa o dossiê um artigo de opinião de Maureen Flores, da Universidade Federal de Rio de Janeiro, e de José A. Puppim de Oliveira, do Instituto de Estudos Avançados, Universidade das Nações Unidas: “Da Rio+20 a Rio-2016: Caminhos da Sustentabilidade nas Olimpíadas”.

Este número traz ainda mais três artigos e um ensaio. O primeiro artigo, de Guilherme Coelho Britto, Osvaldo Ryohei Kato e José Antonio Herrera, é intitulado “A Prestação de Serviços Ambientais pode ser uma alternativa aos sistemas tradicionais da agricultura familiar no município de Pacajá, Amazônia Paraense – Brasil?”. Propõe uma nova abordagem sobre o papel social e ecológico das práticas tradicionais da agricultura, assim como uma reflexão sobre a prestação de serviços ambientais com base na ferramenta Eco-Cert. PROAMBIENTE, desenvolvida pela Embrapa.

O segundo artigo, “Qualidade de Vida e Meio Ambiente: Experiência de Consolidação de Indicadores de Sustentabilidade em Espaço Urbano”, de Antônio Sergio da Silva, José Gilberto de Souza e Antônio Cezar Leal, é mais uma manifestação da tendência de utilização de indicadores para diagnosticar a realidade do espaço urbano, em especial as desigualdades que se materializam na distribuição dos recursos sociais, ambientais e econômicos. Propõe e testa um sistema de indica-



dores de qualidade ambiental e de vida urbana, tendo como objeto empírico a área urbana de Formosa (GO).

Um olhar diferente sobre a paisagem aparece no terceiro artigo, de autoria de Juliette Lainé - “Le bloc-diagramme comme outil d’analyse du paysage et de ses représentations dans la plaine d’inondation du lac Janauáca, Amazonie, Brésil”. Por meio do estudo de discursos e de imagens, Lainé analisa as paisagens e suas representações nas comunidades do Lago Janauáca, a 60km de Manaus, na várzea do rio Solimões.

O ensaio de Valdir Lamim-Guedes – “Consciência negra, justiça ambiental e sustentabilidade” - convida a refletir sobre a imposição desproporcional dos riscos ambientais aos negros, por serem menos dotados de recursos financeiros, políticos e/ou de informação.

Dois trabalhos que apresentam resultados de pesquisa também constam desta edição. O primeiro, de autoria de Eduardo Moraes Arraut, Paulo Nobre, Carlos A. Nobre e Fabiano M. Scarpa, relata o processo de estruturação de uma ampla rede de estudos sobre mudança climáticas no Brasil. A “Rede Clima” envolve um grande conjunto de universidades e instituições de pesquisa no Brasil. O seu objetivo é dotar o País de uma massa crítica para entender os processos em andamento, em seus fundamentos complexos e interdisciplinares. Outro objetivo da “Rede Clima” é apoiar decisões de políticas públicas. O texto mostra à comunidade científica internacional o estado da arte da pesquisa sobre mudança climática no Brasil.

O outro documento que traz resultados de pesquisa é de autoria de Donald Sawyer. Ele analisa experiências com recursos de propriedade comum, trágicas ou bem sucedidas, em diversas comunidades brasileiras. A principal fonte da pesquisa é a experiência do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais no Cerrado. Destaca-se a demonstração de que paisagens produtivas sustentáveis são a única maneira de alcançar a escala necessária para manter as funções ecossistêmicas de água, biodiversidade e carbono (“ABC”). Mostra-se ainda que, para gerar benefícios com escala, as políticas de desenvolvimento sustentável devem combinar as necessidades humanas com a manutenção a longo prazo das funções dos ecossistemas.

Na Seção Entrevista, o professor Oran R. Young, umas das autoridades mundiais na pesquisa sobre governança ambiental, faz uma significativa releitura dos conceitos-chave de governança. Depois de publicar mais de 20 livros e de dedicar 40 anos da sua vida ao estudo dessa área, admite que ainda não temos uma teoria geral da governança ambiental. Para Young, os desafios do Antropoceno somente poderão ser enfrentados por meio de uma nova ordem mundial que reconheça as mudanças não-lineares e frequentemente abruptas da nossa era e a necessidade de criar formas de governança que sejam, ao mesmo tempo, efetivas e resilientes.

Constam ainda deste número cinco resenhas.

Antes de finalizar esse editorial, registramos que numerosos trabalhos têm sido

submetidos a **SeD** nos últimos meses. Eles servem como termômetro do reconhecimento da relevância de nossa missão. A nossa continuidade se deve à confiança que os autores desses textos depositam na revista.

Vale repisar que a sustentabilidade “interna” de **SeD** tem dependido do esforço de uma equipe talentosa e aguerrida, que atua cotidianamente na execução das inúmeras atividades inerentes à produção de um periódico científico. Temos uma equipe que lida com o recebimento de textos, os contatos com autores e pareceristas, a identificação de livros resenháveis e de resenhistas potenciais, os contatos com entrevistados, a revisão de textos, a diagramação deles e a operacionalidade do nosso *site*. Temos também um corpo de pareceristas que têm aceito quase invariavelmente os nossos convites e produzido avaliações que nos ajudam a tomar decisões editoriais e ajudam os autores a melhorar os seus textos. Os membros de nosso conselho científico são um pilar crucial à consolidação da revista. Trata-se de uma massa de apoiadores, que acreditam na importância do debate interdisciplinar e internacional sobre a sustentabilidade.

Chegamos, assim, ao nosso sexto número, ao cabo de três anos, sempre mantendo o compromisso com a qualidade e o rigor inerentes a um periódico científico de alto nível: avaliação cega por pares, rigor na periodicidade, qualidade nas edições, respostas claras e rápidas aos autores.

O nosso próximo número incluirá um novo dossiê sobre o tema “Pagamentos por Serviços Ambientais”. Trata-se daqueles serviços prestados “silenciosamente” pela natureza e sem os quais a humanidade ficaria suscetível a uma grande ordem de dificuldades não apenas para a sua sustentabilidade, mas para a sua mera sobrevivência.

Desejamos a todos uma boa leitura e um grande ano de 2013.

